

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n.º 3057, de 2000, do Sr, Bispo Wanderval, que “inclui § 2º no art. 41 da Lei n.º 6.766, de 10 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único” (estabelecendo que, para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1990 e regularizado por Lei Municipal, não há necessidade de aprovação da documentação por outro Órgão).

**PROJETO DE LEI 3057/2000
(do Sr. Bispo Wanderval)**

**EMENDA MODIFICATIVA N. de 2006
(do Sr. Herculano Anghinetti)**

Altera a redação do **caput** do art. 59:

“Art. 59. Nos casos em que o empreendedor não obtiver anuência dos adquirentes para alteração ou cancelamento do registro, deverá notificá-los extrajudicialmente, bem como a comissão de representantes, **por meio do registro de títulos e documentos.**”

JUSTIFICATIVA

A fim de manter a coerência do sistema, que outorga ao registro de títulos e documentos o exercício da função notificante (art. 160, da Lei 6.015/73), impõe-se a modificação ora proposta.

Sala das Comissões, de de 2006.

HERCULANO ANGHINETTI

Deputado Federal – PP/MG